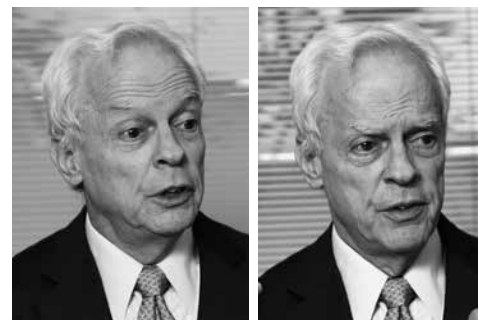


Apagão no setor elétrico

Todos os segmentos do setor estão mergulhados em profunda crise – geração, transmissão e distribuição. O rombo no setor é estimado em R\$ 70 bilhões, mais de R\$ 20 bilhões somente das empresas de distribuição, e nada indica que o governo federal tenha algum plano para resolver a situação de forma definitiva. O cenário só não é pior, com *blackouts*, porque a população está economizando energia, forçada pela recessão que reduziu a produção e o consumo de eletricidade.

TEXTO **CARLOS OSSAMU**
FOTOS **FERNANDO NUNES**

O setor de eletricidade nunca viu crise de tamanha envergadura. Em 2001, por exemplo, quando a condição de abastecimento ficou crítica, o governo federal reconheceu o problema e montou um grupo de gestão da crise. Houve discussões de forma transparente e as soluções foram encontradas, entre elas o racionamento, por um prazo limitado. O atual governo culpa unicamente a falta de chuvas nos reservatórios e não admite que houve má gestão ou política equivocada quando, em 2012, publicou a Medida Provisória nº 579 e anunciou, artificialmente, queda de 20% nos custos da energia. Somente este ano, segundo conta o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o aumento médio na conta de luz será de cerca de 50% em comparação a 2014. No início do ano, entre fevereiro e março, houve uma revisão extraordinária de tarifa, com reajuste de 23,3%. Depois, foi anunciada a entrada da Bandeira Tarifária, encarecendo a energia em 16,3%. Por fim, diz Sales, somam-se os reajustes normais das distribuidoras, em torno de 10% na média anual. Na opinião do presidente do Instituto Acende Brasil, foram inúmeras as “barbeiragens” do governo, e quase todas tiveram origem na MP 579. Por causa delas, o setor também passa por um processo de judicialização sem precedentes – grande parte do parque gerador está se amparando em decisões liminares obtidas na Justiça.



Qual a situação hoje das empresas geradoras de energia elétrica?

O setor de geração de energia no Brasil está em absoluto e total desequilíbrio. Para dar uma medida desse desequilíbrio, de uma forma mais eloquente, basta dizer que a liquidação dos contratos de compra e venda, que era feita mensalmente na CCEE [*Câmara de Comercialização de Energia Elétrica*], deixou de acontecer. Há meses em que mais da metade da liquidação deixa de acontecer, o que significa dizer que não acontecem as transferências de dinheiro entre vendedores e compradores de energia. A principal causa dessa interrupção da liquidação é a instabilidade a que foi levado o setor de geração de energia. Em decorrência disso, as empresas estão entrando na Justiça. No último cálculo feito por nós, teria ultrapassado de 80 o número de liminares concedidas, desobrigando as companhias a fazer a liquidação. A consequência disso é esse desarranjo grave no setor. Em outubro, foram R\$ 2,2 bilhões que deixaram de ser quitados.

Em relação ao setor de transmissão de energia elétrica, qual a situação e as perspectivas?

A situação é ruim porque as mudanças regulatórias recentes impactaram negativamente as principais empresas de transmissão, prejudicando suas capacidades financeiras tanto para realizar as melhorias demandadas pelas instalações de transmissão existentes quanto para investir em novos ativos (linhas e subestações) nos leilões. Tenho de chamar a atenção para o fato de que, em 2012, quando o governo fez a MP 579 (que deixou uma herança nefasta para o setor como um todo), definiu que as empresas que optassem pela renovação antecipada das concessões de transmissão receberiam uma indenização pelos ativos que não tivessem sido amortizados, e, a partir dali, receberiam uma tarifa regulada, necessária e suficiente para operação e manutenção. Dois megaproblemas surgiram. O primeiro é que as empresas foram enganadas: não receberam a totalidade das indenizações apontadas pela MP. Enfim, há casos ainda de indenizações que não foram pagas e outras em que se discute o seu valor. O segundo megaproblema se refere à maneira como foram definidos os valores para custos de operação e manutenção. As empresas estão expostas a grandes penalidades, caso não apresentem um desempenho ideal. Por outro lado, elas estão descapitalizadas e com falta de recursos e incentivos para investimentos de forma a melhorar a qualidade da prestação de serviço.



O setor de distribuição de energia elétrica parece que passa por um período bastante complicado. Qual a situação das empresas?

Quando o consumidor paga uma conta de luz de cem reais, apenas 14% (no passado, chegou a 42%) vão para a distribuidora. Todo o resto (ou 86%) se refere a impostos e encargos e aos custos da transmissão e da energia contratadas nos leilões organizados pelo governo. Esse “resto”, como o próprio porcentual revela, não tem nada de resto e passou a ser muito grande. A disponibilidade de caixa somada de todas as distribuidoras não seria suficiente para adiantar esses recursos e cobrá-los dos consumidores somente nos anos seguintes, a partir das datas de reajustes tarifários. Para contornar esse problema, o governo fez um financiamento de R\$ 21,3 bilhões, que está sendo pago em quatro anos em média, diluindo o impacto tarifário para os consumidores. Mas o aumento do custo da energia é apenas uma

parte do problema. Há outras causas que têm origem na malfadada MP 579 e têm a ver com a chamada CDE [*Conta de Desenvolvimento Energético*]. O que é isso? Quando o governo pretendeu, falaciosamente, reduzir o custo de energia em 20%, quis se valer de dois instrumentos principais: um foi a antecipação de renovação de concessões, sobre o qual já comentei. O outro instrumento foi eliminar encargos que eram cobrados na conta de luz – um para subsidiar o uso de combustíveis em sistemas isolados, como na Amazônia, e outro para prover custos de programas sociais, como o Luz para Todos. O governo eliminou a cobrança dos encargos CCC e RGR, mas não eliminou os custos propriamente ditos, que passaram a ser cobertos por outro fundo, a CDE, que, para tanto, deveria receber recursos do Tesouro. Em 2014, o Tesouro fez aportes no fundo da CDE, de tal maneira que foi cobrado na conta de luz um valor complementar de R\$ 1,7 bilhão. Mas, em 2015, o Tesouro não colocou nada e os consumidores estão arcando com quase R\$ 19 bilhões. Um aumento superior a 1.000%.



Se o governo não tivesse feito essa MP 579, o senhor acredita que estaríamos em crise?

Nesta, certamente não. Vamos olhar só do ponto de vista do aumento do custo para o consumidor, que este ano chegará a 50%. O governo diz que tudo decorre do problema hidrológico, mas isso não é fato. São três problemas, e fizemos a conta aqui no instituto. O primeiro é a escassez de oferta, que responde por 54% do problema. Ela decorre de dois fatores, sendo um deles a hidrologia desfavorável. De fato, há menos geração hidrelétrica e mais termoeletrica, por escassez de chuvas. Outro fator, porém, são os atrasos em usinas e linhas de transmissão, como o caso da usina de Teles Pires, de 1,8 mil megawatts, que ficou pronta e não tinha linha para escoar a energia. O segundo problema que resultou em aumentos tem a ver com a CDE, que já comentei, e que, pelas nossas contas, foi responsável por 35% do aumento incorrido em 2015. Os 11% restantes se devem ao erro de gestão cometido pelo governo em 2012, quando deixou de fazer um leilão de energia, expondo as distribuidoras a uma desconstrução de aproximadamente 6,5 mil megawatts.

Diante do quadro atual, quais são as perspectivas para 2016?

Nada muito alvissareiro. Digo isso porque não dá para esperar, dado o tamanho dos problemas que já citei, que alguma entidade – nem mesmo o Tesouro brasileiro, por hipótese, só para efeito de raciocínio – teria condições de dizer “reconheço todos os problemas e vou resolvê-los”, pois não haveria recursos para isso. Da mesma forma, basta olhar para o balanço das empresas para verificar que não se pode mais contar com elas para adiantar esses recursos, e o mesmo se aplica aos consumidores (pessoas físicas ou jurídicas), que não suportam mais tamanhos aumentos de tarifa. Veja o que vem ocorrendo com a nossa indústria, que está deixando de produzir, pois o custo da energia ficou proibitivo para algumas cadeias produtivas em relação à concorrência global. Esta entrevista está sendo concedida no fim de outubro, e hoje não temos segurança nem em relação ao quadro político maior, que está afetando tudo. Uma nota técnica da Aneel, de 29 de outubro, trouxe alguma esperança nesse sentido, pois pode levar ao aprimoramento da repactuação do risco hidrológico e abrir caminho para o equacionamento de um dos imbróglios que promoveram a judicialização do setor, e ainda põe em risco o leilão das usinas hidrelétricas programado para o fim de novembro. [8]